

Definida proposta para Clube de Paris

02 OUT 1986

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, desembarca hoje em Brasília levando o esquema básico para um possível acordo com os credores da dívida oficial brasileira, no Clube de Paris. Segundo uma alta fonte do governo disse a este jornal, o esquema, que ganhou contornos mais definidos nos numerosos contatos que Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, tiveram durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), em Washington, "satisfaz as reivindicações do Brasil e dos países credores".

As idéias que estão sendo consideradas envolvem dois elementos essenciais: por um lado, a garantia de reabertura das linhas de crédito das agências oficiais de financiamento de exportações contra o compromisso brasileiro de normalizar os pagamentos atrasados com o Clube de Paris. Por outro, um esquema de acompanhamento da economia brasileira baseado, essencialmente, nos

termos do artigo 4º dos estatutos do FMI.

O artigo 4º prevê uma visita anual dos técnicos do FMI a todos os países-membros. O esquema em discussão, segundo a fonte, é uma variação em torno deste tema e poderia vir a levar em conta, na avaliação da performance da economia do País, a forte relação já existente entre o País e a instituição irmã do FMI, o BIRD. Conforme já relatado anteriormente por este jornal, durante a visita do presidente José Sarney a Washington, no início de setembro, o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker, numa conversa que teve com Funaro, sugeriu um esquema de duas consultas anuais com o FMI, uma das quais realizada em Washington. Mas Funaro recusou a idéia.

"É uma negociação muito complicada, pois envolve muitos atores", afirmou a fonte. Por isso, levará "de dois a quatro meses" para que as idéias em estudo sejam "consolidadas e filtradas pelos vários participantes", acrescentou o alto funcionário.

Do êxito dessas negociações depende a viabiliza-

ção de uma reestruturação multianual da dívida externa brasileira e a normalização das relações do País com a comunidade financeira internacional, que é hoje o principal objetivo do governo no setor externo.

Os obstáculos a serem ainda superados são muitos e não se limitam apenas a objeções que governos possam levantar sobre este ou aquele ponto. No caso do governo dos Estados Unidos, não parece existir, ainda, um acordo completo sobre as idéias que estão sendo consideradas. Convencido de que é hora de retirar o

(Continua na página 19)

Está sendo concluída a montagem de uma operação de captação por parte do Banco do Brasil de US\$ 150 milhões no euromercado. A taxa de juros será de 0,375% acima da taxa básica interbancária de Londres (Libor) e o prazo de quatro anos. Os recursos serão deduzidos das linhas interbancárias de curto prazo definidas no chamado projeto 4 da negociação com os bancos internacionais.

(Ver página 19)

Quinta-feira, 2 de outubro de 1986 — GAZETA M

• Finanças

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Definida proposta para Clube de ...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1º página)

Brasil da lista de países endividados em estado crítico, Paul Volcker — com quem Funaro teve pelo menos dois encontros nesta sua última viagem a Washington, o último dos quais na tarde de ontem — está mais sintonizado com o esquema em discussão. Já o Departamento do Tesouro mantém uma posição mais dura.

É, ao que tudo indica, à luz dessas diferenças que devem ser entendidas as declarações feitas ontem por um alto funcionário do Tesouro, insistindo — como já fizera antes da reunião do FMI — na necessidade de que o governo brasileiro se submeta a "um acordo similar" a um programa com o FMI "para o propósito de renegociar sua dívida oficial com o Clube de Paris". Perguntado, depois da entrevista — que concedeu com a condição de não ser identificado pelo nome —, se o artigo 4 bastaria, o funcionário respondeu: "Não, não, não e não".

Em seu discurso perante a assembleia do FMI, ontem, o secretário do Tesouro, James Baker III, deu também, por omissão, indicações de sua falta de boa disposição em relação ao Brasil. Repetindo o gesto feito no dia anterior pelo presidente Ronald Reagan, no discurso que fez perante a mesma assembleia, Baker mencionou diversos países como exemplos de políticas econômicas saudáveis mas em nenhum momento falou no caso brasileiro. Para ilustrar esforços antiinflacionários, preferiu mencionar a Bolívia e a Argentina.

O recado do secretário foi claro. Ele lembrou que entre os quinze países que incluiu em sua lista original, há um ano, como candidatos aos benefícios do "Plano Baker", onze estão

com programas com o FMI em andamento e dois com programas em discussão. As duas exceções, não nominadas por ele, são o Brasil e o Peru. Baker reafirmou que a solução para a dívida externa passa pela participação direta do FMI e do Banco Mundial.

REAÇÃO AO ACORDO MEXICANO

Funaro voltou a insistir, ontem, em que o Brasil não admite este modelo e disse ter havido "um grande avanço" na busca de mecanismos mais flexíveis para resolver a questão da dívida externa. "Tenho conversado com vários ministros e estamos todos convencidos da necessidade de flexibilidade", definiu o ministro. Na terça-feira, ele participou de um jantar, no qual conversou mais uma vez com Baker, com o ministro das Finanças alemão, Gerhard Stoltenberg, e com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière.

De uma forma geral, os brasileiros ficaram decepcionados com o que chamaram de inflexibilidade dos bancos na discussão do pacote mexicano. O estreito contato entre mexicanos, brasileiros e argentinos, que permeou a fase final de negociação, ajudou, segundo Funaro, "à compreensão maior da possibilidade de uma crise que poderia acontecer se não se chegassem a um acordo razoável". Ele considera as condições oferecidas ao México como um parâmetro para o Brasil, porque os mexicanos precisam de dinheiro novo.

O ministro insistiu na meta de uma remessa líquida externa equivalente a 2,5% do PIB para o próximo ano. Dadas as prováveis condições do mercado internacional, esta seria uma condição necessária para sustentar o crescimento. "Esse número não é um capricho, é uma necessidade", conclui Funaro.

Não há acordo sobre taxas de juros entre ministros

Durante a reunião realizada em Washington entre ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais não houve nenhum progresso real sobre a forma de estabilizar as taxas de câmbio e ajustar as taxas de juros, segundo informou à AP/Dow Jones um funcionário norte-americano que não quis ser identificado.

O funcionário disse que houve um consenso no tocante à melhora da coordenação econômica de acordo com as linhas traçadas durante a conferência econômica de cúpula realizada em Tóquio anteriormente neste ano.

Indagado acerca de como estavam as gestões norte-americanas para

convencer seus principais parceiros comerciais, especialmente a Alemanha Ocidental e o Japão, para estimular sua atividade econômica, o funcionário descreveu as discussões como sendo "muito complicadas".

O funcionário disse ainda que era difícil avaliar o impacto do pacote anunciado recentemente pelo Japão, destinado a intensificar a demanda doméstica. "O simples fato de os japoneses reconhecerem que têm um problema já é um passo na direção certa", assegurou, acrescentando, porém, que no seu entendimento, os japoneses "poderiam ter feito um pouco mais e acreditamos que o farão". (AP/Dow Jones)